

Deputados disputam privilégio de gerir pensões do Congresso

Brasília — Uma disputa ferrenha se desenvolve nos corredores do Congresso Nacional, paralelamente aos trabalhos da Constituinte, entre cinco deputados, para administrar recursos na ordem de CZ\$ 300 milhões, além de um patrimônio de 30 imóveis comerciais localizados na zona central de Brasília. Os deputados Antônio Câmara (PMDB-RN), Domingos Juvenil (PMDB-PA), Fernando Cunha (PMDB-GO), Furtado Leite (PFL-CE) e Gustavo Faria (PMDB-RJ) são candidatos à presidência do IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas).

É a primeira vez na história do IPC, criado em 1963 pelo então deputado Arruda Câmara, que existe disputa pela presidência. A bandeira de todos os candidatos é o aumento da pensão dos ex-parlamentares e dos limites de empréstimos. O exemplo usado na campanha também o mesmo: o ex-deputado Manoel Novaes, que de-

pois de oito mandatos, ou seja, 32 anos como parlamentar, percebe hoje CZ\$ 18 mil líquidos.

Os candidatos conseguiram adiar a eleição de terça-feira passada para o dia 28, ganhando com isso mais uma semana de campanha pelos corredores e gabinetes do Congresso, por onde espalham cartazes e apreçoam slogans, momentaneamente esquecidos das tarefas de constituintes.

Ativo milionário

O IPC recebe recursos de parlamentares e funcionários, um total de 3 mil 700, que garantem um recolhimento mensal de CZ\$ 8 milhões 598 mil. A despesa com os 1 mil 700 pensionistas está atualmente em CZ\$ 8 milhões 400 mil. A renda mensal é aumentada com os recursos provenientes dos aluguéis de 30 imóveis.

O mandato do presidente do IPC é de dois anos e o cargo é ocupado alternadamente por um senador e

um deputado. O atual presidente é o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que realizou “uma sólida administração”, segundo a diretora geral Zilda Carvalho. O ativo do IPC, que em dezembro de 1985 era de pouco mais de CZ\$ 90 milhões, saltou para quase CZ\$ 200 milhões em dezembro do ano passado e hoje beira os CZ\$ 300 milhões.

A proliferação de candidaturas divide o PMDB, onde estão quatro dos cinco pretendentes à presidência do IPC. A eleição será por voto secreto e haverá um segundo escrutínio se nenhum dos candidatos atingir a maioria absoluta dos votos (metade mais um) na primeira votação.

Ex-presidente do IPC, o deputado Furtado Leite diz que sua candidatura é consequência natural do conhecimento que tem do órgão. Ele promete “aumentar, por uma questão de dignidade, as aposentadorias” — a sua, inclusive, pois não pretende disputar a reeleição para a Câmara dos Deputados.

O deputado Fernando Cunha é candidato “a pedido de ex-parlamentares”. Gustavo de Faria, vai, se for eleito, aumentar o limite atual, de CZ\$ 100 mil, para empréstimo a parlamentares, além de melhorar a aposentadoria e criar um programa habitacional. Ele garante que já tem 187 votos e não admite falar em desistência.

Já o deputado Domingos Juvenil diz ter mais de 200 votos e reivindica primazia. “Fui o primeiro candidato lançado. Como não houve escolha na bancada, mantive a candidatura. Vamos para a urna no plenário e com os mais de CZ\$ 200 milhões disponíveis no IPC poderemos realizar uma grande administração”.

O deputado Antônio Câmara já contabiliza os recursos do IPC. “Existem CZ\$ 15 milhões no Banco do Brasil, CZ\$ 190 milhões aplicados na CEF, CZ\$ 4 milhões para empréstimos a parlamentares e CZ\$ 56 milhões em empréstimos a funcionários. Além disso, há os recursos provenientes do aluguel dos imóveis, o que nos dá um ativo de quase CZ\$ 300 milhões.”

Brasília — Wilson Pedrosa



Faria, Cunha e Furtado estão na disputa pelo IPC